

Sobre o livro didático no Brasil:

a resposta de Lourenço Filho (1961)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Como citar: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. Sobre o livro didático no Brasil: a resposta de Lourenço Filho (1961). *In:* MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita:** métodos e material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 247-264.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4.p247-264>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

SOBRE O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: A RESPOSTA DE LOURENÇO FILHO (1961)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analiso a atuação do educador e intelectual brasileiro, Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), relativamente à questão do livro didático no Brasil,¹ com destaque ao documento *Livros didáticos*,² no qual respondeu a duas perguntas feitas pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1961, sobre esse assunto, a saber:³

1. Acha que o livro didático brasileiro está à altura de servir adequadamente ao desenvolvimento tecnológico que deverá servir de base ao desenvolvimento econômico nacional?
2. Que diz do livro único sob o ponto de vista econômico (para os pais) e sob o ponto de vista filosófico-pedagógico tendo em vista os altos valores perseguidos pela educação? (BRASIL, 1961, não paginado).

¹ Desde 1995, venho realizando pesquisas sobre aspectos pouco explorados da atuação de Manoel Bergström Lourenço Filho na educação brasileira, no âmbito da alfabetização (BERTOLETTI, 1997, 2006a) e da literatura infantil e juvenil (BERTOLETTI, 2006b, 2012). Essas pesquisas foram desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na UNESP/Marília, sob orientação de Maria do Rosário Longo Mortatti e vinculadas ao Grupo de Pesquisa “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHELLB) e ao Projeto Integrado de Pesquisa “Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano” (PIPHELLB) (CNPq e FAPESP).

² Esse, assim como outros documentos utilizados como fonte neste artigo, está localizado no “Arquivo Lourenço Filho”, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas/RJ.

³ Não obtive, até o momento, dados sobre a quem, além de Lourenço Filho, essas perguntas foram endereçadas. Posso afirmar, no entanto, que se originaram no Ministério da Educação e Cultura, devido ao papel timbrado em que foram datilografadas.

A meu ver, a resposta de Lourenço Filho a essas perguntas é representativa das ações do Estado sobre o movimento editorial de livros didáticos no Brasil, não somente pelos inúmeros cargos que Lourenço Filho exerceu ao longo de sua carreira e de sua ligação com o Estado, mas também pela grande influência de suas ideias e ações nos rumos da educação brasileira.⁴

No entanto, esse e tantos outros aspectos da obra de Lourenço Filho permanecem ainda pouco explorados⁵, embora, nos últimos anos, no país, sua atuação e produção escrita venham sendo estudadas e não somente nos aspectos ligados à educação e psicologia, que prevaleceram na avaliação de sua obra (ABU-MERHY, 1997).

AÇÕES DO ESTADO SOBRE O MOVIMENTO EDITORIAL DE LIVROS DIDÁTICOS

No Brasil, em meio às discussões para implantação do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, uma das primeiras – entre tantas práticas centralizadoras – que esteve ligada às ações do Estado sobre o movimento editorial de livros didáticos foi a promulgação do Decreto-lei n.1.006, de dezembro de 1938, que estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Em cinco capítulos, esse documento prescreveu as normas de elaboração e uso de livros didáticos, a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o processo de autorização de livros didáticos, as causas que impediam essa autorização e as proibições e penalidades relativas a seu conteúdo.

Sobre esse Decreto-lei, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) assim se manifestou:

⁴ Sobre a influência e a permanência do pensamento de Lourenço Filho, ver, sobretudo: Magnani (1997) e Mortatti (2000).

⁵ A análise incide sobre aspectos da “configuração textual” de documentos que apresentam essa faceta do educador e intelectual brasileiro. Esse método de análise permite abordar a identidade dos documentos em sua natureza e especificidade, ou seja, os documentos são *textos* assumidos como ponto de partida e de chegada do processo interpretativo, que materializam um projeto discursivo “[...] concebido, executado e avaliado por um sujeito que, a partir de certas necessidades, movido por certos objetivos, sobressaltado pelas contingências e mediado pela linguagem, em determinadas condições históricas e sociais, escolhe — dentre as possíveis e conhecidas — as opções de dizer/escrever o que precisa escrever para outro (s)” (MORTATTI, 2000, p. 14-15). Reflexões sobre esse método de análise se encontram também no capítulo de Maria do Rosário Longo Mortatti, que integra este livro. [N.O.].

Até fins do ano de 1938, a disparidade de critérios na aprovação e adoção de livros didáticos pelos Estados, Territórios e Distrito Federal, não permitiu o desenvolvimento regular da indústria livreira do país, sabido como é que, à falta de normas gerais disciplinadoras, existiam interesses menos confessáveis, já porque se estavam introduzindo nas escolas livros de caráter desnacionalizador, especialmente nas zonas de imigração, já também porque a prática de adoção de livros por agentes de administração poderia determinar a preferência de certos e determinados títulos, em detrimento de outros, embora fossem estes de maior valor técnico-pedagógico ou de preço mais acessível – o que poucas vezes sucedeu. (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 1951, p. 1).⁶

No entanto, estudos têm demonstrado que muitas foram as controvérsias que esse decreto gerou, sobretudo relacionadas ao capítulo segundo, em que se criou a CNLD.⁷ Tanto é que muitos outros decretos-lei vieram modificar o de 1938, reestruturado pelo Decreto-lei n.8.460, de 26 de dezembro de 1945, com o fim do Estado Novo. A CNLD foi instalada somente em julho de 1940, estruturada de maneira mais efetiva pela Portaria Ministerial n.253, de dezembro de 1940, e extinta pela Portaria Ministerial nº 594, de 1969. O número dos membros dessa Comissão foi alterado pelos Decretos-lei n.1.177, de março de 1939, e n.6.339, de março de 1944; a determinação de prazo de uso de livro didático não autorizado foi prorrogada entre 1940 e 1943; e o processo de autorização dos livros didáticos foi alterado pelo Decreto-lei n.8.222, de novembro de 1945, entre outras modificações.

Na verdade, as avaliações dos livros didáticos pela CNLD tiveram impacto profundo na produção desse material no Brasil. A CBL, como órgão representativo dos editores e livreiros nacionais, reagiu em muitos momentos, principalmente às reformas dos programas e ortográficas, que repercutiam em todo o movimento editorial de livros didáticos. Em 1947, em resposta à solicitação da CBL sobre esse assunto, a partir de estudos feitos pelo Instituto Nacional do Livro (INL) e pelas Comissões encarregadas do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ministério da Educação e Saúde garantiu a manutenção do *Pequeno Vo-*

⁶ Nessa e em todas as citações de documentos, mantive a ortografia de época.

⁷ Sobre as controvérsias do Decreto-lei n. 1006, ver, entre outros: Franco (1980); Ferreira (2008); e Filgueiras (2008).

cabulário da Academia Brasileira, de 1943, “[...] até que novo vocabulário seja publicado por esse órgão, e marcado prazo por êste Ministério e sua adoção.” E garantiu, também, “[...] que a renovação de seriação e, portanto, de programas, só virá a ser feita progressivamente, ou ano a ano, de modo que, ainda por esse lado, nenhum prejuízo haverá na produção e comércio do livro didático.” (BRASIL, 1947, não paginado).

No interior da CNLD, a avaliação dos livros didáticos seguia um roteiro com orientações para análise dos elementos considerados na ficha de julgamento, visando à atribuição de notas⁸. Segundo Filgueiras (2008, p. 5-6), a ficha era composta pelos seguintes itens:

- Formato – Dimensões (altura, largura e grossura)
- Material – Capa (resistência, gosto);
- Papel (cor, qualidade);
- Tinta (cor, qualidade).
- Feição gráfica – Composição (Tipo e corpo, variedade, entrelinhas, comprimento, correção);
- Paginação (facilidade de leitura, distribuição das gravuras);
- Impressão (da capa, do texto e das legendas, das gravuras).
- Valor didático – Noções científicas (exatidão, ajustamento ao programa de ensino, método de exposição, propriedade dos exemplos, emprego de citações, uso de termos técnicos);
- Linguagem (correção geral, clareza, concisão, propriedade em relação à matéria, propriedade em relação ao grau de ensino, propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou à classe);
- Gravura (variedade, propriedade, exatidão, ajustamento ao texto, precisão das legendas).

Conforme essa autora, as notas eram atribuídas de zero a dez, a cada elemento da ficha, e em seguida somadas para formar uma única nota. Acrescenta ela:

Não poderiam ser autorizados os livros que obtivessem nota 0 em qualquer elemento da divisão **Valor Didático** (Noções científicas, Linguagem, Gravura), ou menos de 50% do total de pontos atribuídos, em conjunto, às divisões **Formato, Material e Feição Gráfica**. (FILGUEIRAS, 2008, p. 6, grifos do autor).

⁸ Ao que tudo indica, essa ficha foi gerada por influência de Lourenço Filho, como procuro mostrar no próximo tópico deste artigo.

Em 1951, no estado de São Paulo, por meio da Lei n.1536, foi criada a Comissão Estadual do Livro Didático, e, embora tenha havido questionamentos sobre a legitimidade dessa lei,⁹ as comissões estaduais continuaram a existir, durante os anos de 1950, concomitantemente à existência da CNLD (FILGUEIRAS, 2008).

Nesse mesmo ano, a CBL endereçou ao Presidente da República, Getúlio Vargas, e ao Ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, um memorial em que indicava questões as quais considerava atuais sobre o livro didático, reivindicando a atenção da presidência e do ministério para o assunto. De acordo com a CBL, o preço dos livros didáticos brasileiros não vinha acompanhando o aumento dos preços de produtos industriais ou similares ao livro, como o jornal. Estes, segundo a CBL, tiveram aumentos entre 380% e 900%, enquanto aqueles não ultrapassavam o aumento de 250%. Em vista disso, a entidade reivindicou a manutenção do Decreto-lei n.1006 – em particular no que tange à livre e à leal concorrência entre editores e livreiros na produção do livro didático, no Brasil –, condenando a adoção do livro-único, pertinente apenas em países de regime totalitário, a fim de sustentar que era esse tipo de concorrência que vinha permitindo preços mais baixos para os livros didáticos. Em acréscimo, solicitou cautela quanto a reformas nos programas ou ortográficas, que gerariam perda de estoque.

Um rápido levantamento feito pela Câmara Brasileira do Livro, entre as maiores empresas editoras, revelou a existência de cerca de 6 milhões de exemplares de livros didáticos destinados aos cursos primário, secundário, normal e profissional. Se a esse número juntar-se o contingente em poder de revendedores, cooperativas escolares e casas de família, a soma de livros escolares prontos para uso, em todo o país, não será inferior a dez milhões. Isto significa patrimônio nunca inferior a 150 milhões de cruzeiros, que será desperdiçado se as medidas de reforma não forem adotadas de forma cautelosa e progressiva.

E, como acontece que o preço do papel apresenta hoje o mais alto nível já atingido em toda a história dessa indústria, não só em nosso país, mas no mundo, bem certo é que novos livros só poderão ser editados por preços muito superiores aos atuais, quer sejam eles impressos por particulares quer pelo Estado. (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 1951, p. 4).

⁹ Lourenço Filho, por exemplo, por meio do Parecer n.93, de 1952, consultou o Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a legitimidade de legislação estadual para o livro didático, uma vez que havia uma legislação federal em vigor (FRANCO, 1980).

Em 1956, foi instituída a Campanha Nacional de Material de Ensino, por meio do Decreto n.38.556 de janeiro daquele ano. Dez anos depois, em 1966, com o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi permitida a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático, no Brasil.

LOURENÇO FILHO E A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Lourenço Filho nasceu na então vila de Porto Ferreira/SP, no dia 10 de março de 1897, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, no dia 03 de agosto de 1970. Formou-se professor primário, em 1914, na Escola Normal Primária de Pirassununga/SP; professor secundário, em 1917, na Escola Normal Secundária de São Paulo/SP; e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1929, na Faculdade de Direito de São Paulo/SP. Ao longo de sua vida e formação, exerceu inúmeras e diversificadas atividades didáticas, administrativas e intelectuais, sobre variados temas, em uma intensa carreira¹⁰ voltada para os problemas da educação onde eles aconteciam: no espaço escolar. Demonstrou atenção especial pela leitura e por seu ensino e por temas a ela correlatos, como literatura e livros, entre eles, os livros didáticos.

Sua atuação foi orientada por ideias, as quais instituiu e divulgou, juntamente com outros intelectuais da época, ligadas ao movimento da Escola Nova, que, segundo seus protagonistas, propunha um novo tratamento aos problemas da educação, no sentido de difundir a instrução elementar, opondo-se às formas tradicionais de ensino, tendo como consequência a reforma da sociedade. Nesse contexto, a leitura era considerada como um dos elementos de educação popular, e o livro, como instrumento de transformação cultural.

Em vista disso, Lourenço Filho não somente debateu e disseminou ideias sobre o assunto, em textos teóricos e de divulgação, como também exerceu cargos, buscando normatizar o ensino e o incremento da produção de material de leitura. Produziu, ainda, como escritor, livros de

¹⁰ Detalhados dados biográficos e bibliográficos *de e sobre* Lourenço Filho podem ser encontrados, especialmente, em Monarcha e Lourenço Filho (2001).

literatura infantil e juvenil e livros didáticos, como cartilhas, livros de matemática e livros de leitura, tendo ele mesmo cuidado da produção de seus próprios livros,¹¹ influenciando na produção de outros autores.¹²

Diretamente associadas à atuação de Lourenço Filho sobre a questão do livro didático, destaco, em ordem cronológica, as seguintes funções que exerceu: a partir de 1925, atuação como consultor editorial da Companhia Melhoramentos de São Paulo; em 1928, publicação de *Cartilha do Povo* – para ensinar a ler rapidamente; debate, em 1938, com Levi Carneiro,¹³ sobre o “problema do livro nacional”, publicado no texto “O problema do livro nacional”; proposição de ficha de avaliação de livros didáticos, em documento não datado; publicação, em 1941 e 1942, dos livros didáticos de matemática *Aprenda por si!* (Série A) e *Aprenda por si!* (Série B), respectivamente; publicação, a partir de 1953, da Série de Leitura Graduada Pedrinho (composta por cinco livros, sendo uma cartilha de alfabetização intitulada *Upa, cavalinho!*); produção de documento endereçado ao Ministério da Educação e Cultura, em 1953,¹⁴ intitulado *O problema do livro didático* – notas para o Sr. Ministro; elaboração de resposta, contida no documento *Livro Didático*, endereçada ao Ministério da Educação e Cultura, em 1961.

Na atuação junto à Companhia Melhoramentos de São Paulo, Lourenço Filho emitiu milhares de pareceres a livros para crianças, tanto didáticos quanto de literatura infantil. Por meio dessa atuação, exerceu influência sobre autores, ao corrigir os originais, fazer sugestões de mudanças de “fundo” e “forma” e aprovar ou reprovar as publicações, e sobre todo o mercado editorial brasileiro, uma vez que a Melhoramentos estava, a sua época, entre as primeiras editoras do país (DONATO, 1990).

¹¹ Segundo Dr. Ruy Lourenço Filho, filho de Lourenço Filho, seu pai acompanhava, orientava e sugeria o que deveria ser feito na produção gráfica de seus livros, especialmente os didáticos (Informação obtida em conversa informal com o Dr. Ruy Lourenço Filho, em 1997).

¹² Sobre a produção escrita de Lourenço Filho relativa à leitura e a temas correlatos, ver, sobretudo: Mortatti (2001) e Bertolotti (2006b, 2012).

¹³ Levi Fernandes Carneiro nasceu em Niterói/RJ, no dia 8 de agosto de 1882, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, no dia 5 de setembro de 1971. Foi jurista e ensaísta, tendo sido eleito membro da Academia Brasileira de Letras, para a Cadeira n.27, no dia 23 de julho de 1936, e recebido no dia 7 de agosto de 1937. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2013).

¹⁴ O documento não está datado, mas por indicação de seu conteúdo, foi possível identificar a data de produção: 1953.

Na produção como escritor de livros didáticos, Lourenço Filho garantiu prestígio e reconhecimento a seu nome, em nível nacional, graças à exitosa trajetória editorial de sua produção didática¹⁵ e ao caráter inovador e sintonizado com as necessidades e urgências de sua época, presente nessa produção, sendo essa a faceta mais destacada em sua obra, de acordo com Ruy Lourenço Filho (1997).

Resultante da conferência realizada por Levi Carneiro, no Instituto de Estudos Brasileiros, o debate entre ele e Lourenço Filho consistiu em acalorada discussão sobre a questão do livro no Brasil.¹⁶ O primeiro, ressaltando a importância e necessidade dos livros como “[...] instrumento precioso de cultura”, acusou a escola ativa, por sua “[...] reação anti-livresca”, como responsável pela decadência do livro no Brasil. Baseando-se no escritor francês, Jorge Duhamel, Carneiro (1938) apontou “instrumentos modernos”, tais como o cinema, o rádio e o jornal, como formas diferentes e menos exigentes de cultura, que vinham contribuindo para a “era da confusão”. Além disso, relacionou o destino da humanidade ao destino do livro e aproveitou para avaliar que, no Brasil, “[...] é preciso não esquecer que, em nossos dias, se tem destruído, sistematicamente, milhões de livros, com a preocupação de exterminar certas culturas, de combater certas orientações doutrinárias ou políticas.” (CARNEIRO, 1938, p. 87). Carneiro também enfatizou outros fatores que via como problemas que “conspiravam” contra o livro: a falta de bibliotecas e de livreiros preparados para orientar as leituras, os direitos autorais que atrapalhavam a difusão da cultura e as traduções de originais franceses, muitas vezes mal feitas, que impediam a leitura do texto na língua original.

Nesse debate, Lourenço esclareceu que a escola ativa não condenava o livro, mas o livro-único, ressaltando que a criação de bibliotecas escolares nos estados da federação se devia, exatamente, à ação da escola ativa. Contestando as ideias de Carneiro apoiadas em Duhamel, Lourenço Filho defendeu a não existência de decadência do livro brasileiro, mas a do livro francês “como livro universal”; destacou o cinema e o rádio como formas diferentes de cultura e mostrou-se favorável ao aumento do número

¹⁵ As diferentes edições e tiragens dos livros didáticos para ensino de leitura e escrita e de literatura infantil de Lourenço Filho encontram-se em: Bertolotti (1997, 2006a, 2006b, 2012).

¹⁶ O debate também contou com o posicionamento de Afrânio Peixoto, José Leite, Paulo Azevedo e Ribas Carneiro.

de publicações e de traduções, mesmo que mal feitas, “[...] porque os maus livros se combatem com outros livros bons [...]” (LOURENÇO FILHO, 1938, p. 96), como forma de transformar a língua portuguesa em língua de cultura.

Carneiro acusou Lourenço Filho de não ter lido o livro de Duhamel, afirmando que este não focalizara a crise do livro francês, mas a crise mundial do livro. Lourenço Filho contestou, garantindo que lera o livro mencionado e que este estava errado, exatamente por ter generalizado a questão. O jurista Carneiro (1938) insistiu no assunto e acusou Lourenço Filho de

[...] homem do Distrito Federal. V. Ex. não está vendo, no seu otimismo, de chefe de um magnífico serviço do Distrito Federal, não está vendo o Brasil. V. Ex. tem o otimismo do funcionário bem instalado. [...] E essa crise V. Ex. não vê, porque não quer ver, porque tem seus olhos côm de rosa. (CARNEIRO, 1938, p. 102).

O contendor considerou, ainda, que o aumento de livros, no Brasil, não vinha sendo compatível com a demanda de leitores e que não havia decadência na língua francesa, sendo esta “instrumento insuperável de cultura”, assim concluindo:

[...] afirmar-se que eu trouxe para aqui um assunto que Duhamel imaginou através das agruras dos editores franceses e que transplantei para o Brasil, fantasiosamente – é um esforço de imaginação, não meu, mas do ilustre contraditor.

Verdadeiramente, é preciso ter um otimismo invejável e pairar numa esfera muito acima das dificuldades que estamos a enfrentar, para poder contrapor à minha afirmação, corroborada, brilhantemente, desde logo por dois grandes editores e por um grande escritor, a de que não há crise do livro no Brasil e que nunca estivemos melhor, no Brasil, em matéria de livros e de edições! (CARNEIRO, 1938, p. 103).

Talvez pela acusação de crise no setor livreiro, Lourenço Filho tenha proposto a ficha de avaliação de livros didáticos,¹⁷ como necessidade

¹⁷ Não consegui precisar, até o momento, para quem foi endereçada a proposição, mas posso interpretar que foi aos membros da CNLD, devido à similitude entre a ficha proposta por Lourenço Filho e a utilizada para avaliação dos livros didáticos, conforme apresentei no tópico anterior.

de “[...] julgamento objetivo dos livros escolares”, para garantir “[...] um julgamento impessoal, que permita a apuração ou rejeição dos livros destinados às crianças, impedindo a propagação dos maus” e para “[...] indicações que concorram para a melhoria dos compêndios, por parte dos editores e autores” (LOURENÇO FILHO, [194-], p. 1). Para isso, Lourenço Filho encaminhou sugestão de ficha e solicitou a colaboração dos interessados na avaliação de sua sugestão, mediante resposta às seguintes questões:

1. Julga completas para a apreciação dos livros didáticos, os itens que constam na ficha?
2. No caso negativo, que acréscimos ou modificações sugere?
3. Julga possível reduzir os itens a avaliações numéricas e, em caso afirmativo, que percentagem atribue a cada um dos itens? (LOURENÇO FILHO, [194-], p. 1).

De acordo com a sugestão de Lourenço Filho, os livros didáticos deveriam ser avaliados em sua “feição material” e em seu “conteúdo”. Assim, elencou os itens que considerava necessários em cada aspecto e apresentou uma síntese explicativa de cada item. Em relação à “feição material”, levou em conta:

1. formato (dimensões) a) altura b) largura c) proporção
2. encadernação a) aspecto b) durabilidade c) colorido da capa
3. papel a) estrutura b) espessura c) côr
4. impressão a) corpo b) tipo c) entrelinha d) comprimento da linha e) separação das palavras f) tinta g) gosto
5. gravuras a) impressão b) propriedade no assunto c) propriedade na execução d) variedade de assunto e) gosto na escôlha. (LOURENÇO FILHO, [194-], p. 2).

Quanto ao “conteúdo”, considerou:

1. Exatidão das noções expostas
2. Linguagem
 - a) propriedade em relação ao grau de ensino
 - b) propriedade em relação à idade
 - c) propriedade em relação ao assunto. (LOURENÇO FILHO, [194-], p. 3).

Seguindo essas preocupações, no documento *O problema do livro didático* – notas para o Sr. Ministro, Lourenço Filho (1953) destacou a importância do tema e a necessidade de que fosse visto de maneira objetiva, preliminarmente, recolhendo dados sobre a produção, circulação e venda de livros, reconhecidos por ele como problemas.

Para analisar o primeiro problema, baseou-se nos dados do memorial enviado pela Câmara Brasileira do Livro ao Presidente da República e ao Ministro da Educação e Saúde, em 1951, sublinhando o aumento do preço dos livros como menor que o de outros produtos industriais e que mudanças nos programas e ortográficas vinham acarretando dificuldades ao setor. Em relação ao segundo problema, referiu-se às dificuldades de frete e transporte, assim como de dependência à existência de agentes para circulação de livros didáticos. No que concerne ao terceiro problema, contabilizou o custo da impressão, da distribuição, do preço do papel e da produção em massa, como determinantes do preço de venda e dos lucros do setor. Em vista disso, Lourenço Filho (1953) propôs ao Ministério da Educação e Cultura que criasse cooperativas escolares para reduzir o preço dos livros, quando houvesse ausência de revendedor; distribuisse gratuitamente livros didáticos nas escolas primárias do país; produzisse ou fabricasse livros para distribuição ou venda a baixo custo.

Em 1961, Lourenço Filho redigiu o mencionado documento *Livros didáticos*, em resposta às questões feitas pelo Ministério da Educação e Cultura.

A RESPOSTA DE LOURENÇO FILHO

A resposta de Lourenço Filho sobre a questão do livro didático no Brasil, no documento mencionado, foi datilografada, em dezembro de 1961, em dez páginas numeradas, datadas e assinadas por ele.

Em resposta à primeira pergunta, para avaliar se o livro didático brasileiro estava à altura de servir ao desenvolvimento tecnológico para desenvolvimento econômico, Lourenço Filho (1961) considerou necessário esclarecer dois pontos: um relativo ao regime de produção e utilização do livro didático no país e, outro, atinente ao papel do livro didático no progresso tecnológico.

Segundo Lourenço Filho (1961), a questão do livro didático estava condicionada à questão dos programas de ensino e normas complementares, haja vista sua obediência direta às normas oficialmente adotadas para o ensino primário e secundário, conforme a legislação do livro didático. Assim, para o autor, a responsabilidade pelo fato de os livros didáticos não atenderem ao desenvolvimento tecnológico necessário não podia ser atribuída a autores e editores, mas ao próprio Ministério da Educação, que, na legislação sobre o livro didático, imputava aos livros a obrigatoriedade de seguir normas oficialmente definidas.

Essa análise negativa foi feita pelo autor, especialmente em relação ao ensino secundário, no qual, a seu ver, planos e programas não atendiam ao progresso tecnológico. Quanto ao ensino primário, Lourenço Filho (1961, p. 2) aludiu à necessidade de “[...] vasta investigação, fundada em critérios de avaliação objetiva”, embora tenha mencionado o estudo realizado, em 1956, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicado em francês, inglês e espanhol e, em português, em seu livro *Educação Comparada*, publicado em 1961. No ensino superior, como não havia exigência legal de registro e autorização de uso de livros didáticos, Lourenço Filho qualificou a situação de mais positiva, pois havia a criação de um mercado complementar e de profissionais em serviço.

Desse modo, salientou Lourenço Filho:

- a) quaisquer deficiências quantitativas e qualitativas existentes na produção dos livros didáticos para o ensino primário e médio (e elas são inegáveis) quanto ao desenvolvimento tecnológico, só poderão ser atribuídas à deficiência de orientação dos planos de ensino e programas oficiais, a que tais livros obrigatoriamente devem atender;
- b) quanto ao ensino superior, onde não existe exigência, observa-se, nos últimos tempos, especialmente por expansão de mercado e dificuldades na importação de livros estrangeiros, melhoria crescente; dizemos **especialmente** porque outra razão concorre, a da incapacidade quase geral dos alunos de lerem textos que não sejam em português e espanhol. Essa é também uma das razões (embora não única) de manterem os professores de ensino superior o regime de apostilas mimeografadas. (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 3, grifos do autor).

Quanto ao lugar do livro didático no progresso tecnológico, Lourenço Filho pontuou que, malgrado o livro didático fosse um instrumento importante e original na formação do espírito tecnológico dos estudantes, a predominância de um “ensino verbal” e “livresco”, ocasionado pela falta de preparo de professores e das condições de organização e administração escolar, podia representar uma distorção desse espírito. Para ele, fazia-se necessário que “[...] as escolas passem a compreender que a sua tarefa não é a de ministrar conhecimentos verbais, mas sim de encarar uma *problemática*, a de integrar a vida dos alunos nas realidades da comunidade próxima, local, regional, nacional.” (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 4, grifos do autor). E acrescentou:

[...] que as escolas tenham recursos para ensino experimental, coisas, instrumentos, pequenas oficinas, laboratórios e bem providos onde seja necessário; e que associem também seu trabalho aos das iniciativas de produção econômica da localidade, e da região. Certo que livros didáticos apropriados em tudo isso importarão sempre. Mas, mesmo os melhores textos poderão ser utilizados de forma aberrante, ou formas aberrantes podem comunicar-se aos próprios livros. (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 4).

Assim, Lourenço Filho, exemplificou a “aberração” feita ao ensino intuitivo, propagado no fim do século XIX e início do XX, no Brasil, no qual livros de “Lições de Coisas” eram centrados em perguntas e respostas que os alunos tinham que decorar, “[...] a fim de repeti-las em arguições, sabatinas e exames.” (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 5).

A segunda pergunta, sobre seu ponto de vista a respeito do livro-único, Lourenço Filho buscou analisar de um ponto de vista ao mesmo tempo filosófico e econômico.

De acordo com Lourenço Filho (1961), livro-único é aquele concebido como um só texto didático em todas as escolas ou graus, ou como vários livros, mas de orientação uniforme, por imposição governamental, geralmente produzidos diretamente pelo governo ou por instituições para esse fim organizadas. Esses livros procedem “[...] dos governos totalitários, nazistas ou fascistas, e também comunistas.” (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 5). Assim, o autor posicionou-se contrário à ideia de livro-único, baseando-se tanto no ponto de vista da filosofia política, centrada no di-

reito à liberdade, quanto no da filosofia pedagógica ou técnica, respaldado por conclusões de estudo realizado pelo *Bureau International d' Education*, UNESCO e *Office of Education*, a saber:

- a) o livro-único impede a renovação dos conhecimentos;
 - b) impede por igual o progresso das técnicas pedagógicas, fundado na experimentação;
 - c) retira dos mestres a iniciativa de escolher, entre textos igualmente bons, os que mais convenham à sua escola, seja pelas condições do ambiente, adiantamento dos alunos ou mesmo a preparação do professor;
 - d) em países extensos, com variações culturais diversas e níveis variáveis de progresso tecnológico, impede a elaboração e circulação de textos que atendam às necessidades regionais;
 - e) impede, enfim, o reajustamento dos programas de ensino, pois inverte a relação programas-textos, nesta outro texto-único-programa.
- (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 6).

Quanto à ideia de que o livro-único correspondia à economia que poderia baratear o ensino, Lourenço Filho posicionou-se contundentemente contrário ao fundamento que a sustentava: o de que o uso de somente um livro levava ao crescimento do mercado e, aumentando-se o número de edições, diminuía-se o custo industrial e o preço de venda. Para esse autor, os gastos anuais com livros didáticos, pelos alunos ou por seus familiares, não ultrapassavam os gastos com entradas de cinema ou com sorvetes. Além disso, não eram garantia de barateamento das edições, nem as “edições oficiais”, devido às despesas com estocagem, embalagem, distribuição e contabilidade, nem tampouco a ideia de produção de livros didáticos por encomenda a empresas particulares, pois isso representaria um complicador ao “[...] regime de livre-concorrência, introduzindo nele fatores de muito difícil controle quanto ao aspecto da escolha das editoras e, mais ainda, dos originais a editar.” (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 9).

Lourenço Filho (1961) mencionou nomes de países que adotavam o regime de distribuição gratuita de livros no ensino primário, seja como doação ou para propriedade dos alunos, seja como empréstimo, permanecendo os livros como propriedade da escola, considerando essa uma ideia de “providência governamental”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, questionado sobre o livro didático pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1961, Lourenço Filho não se privou, em sua resposta, de analisar e pontuar o problema, nem tampouco de emitir sua opinião, baseando-se na obra de uma vida, permeada pelas questões da educação, na qual aspectos relativos ao livro didático estiveram bastantes presentes.

É importante ressaltar que, mais que uma questão, o livro didático constituía um “problema”, apontado por Lourenço Filho, mas aparente em toda legislação sobre esse assunto e nos debates e ideias de instituições voltadas para ele.

Sintonizado com as urgências e necessidades de sua época, portanto, quando o livro didático era considerado problema a ser resolvido, seja pela legislação e controle, seja pelo debate e reflexões, Lourenço Filho participou ativamente dessas discussões, prescrições e elaborações, em textos teóricos, regulamentações e livros didáticos.

Certamente, a busca do Ministério da Educação e Cultura por sua resposta era o reconhecimento de toda essa produção. De fato, Lourenço Filho “falava” de um lugar no qual leitura, literatura e livros – incluídos os didáticos – eram meios para se alcançarem os fins da educação, e esta, o meio de garantia da reforma da sociedade. Sua resposta é síntese de sua época, quer por sua preocupação com as reformas nos programas e ortográficas que afetavam diretamente o setor livreiro no país, quer na produção de uma ficha de avaliação, seja na preocupação com a centralização ou descentralização da política do livro didático, seja na concorrência entre editores e não adoção do livro-único, nem de edições exclusivamente oficiais.

Como se pode perceber pela atuação de Lourenço Filho, destacando-se sua resposta às perguntas do Ministério da Educação e Cultura, em 1961, grande foi a influência desse educador e intelectual sobre os rumos que a política sobre o livro didático tomou, no Brasil. Talvez possa até arriscar-me a afirmar que a ideia do livro não consumível, criada e adotada no Brasil, anos depois, e da distribuição gratuita de livros tenha sido gestada na resposta de Lourenço Filho, analisada neste artigo.

Desta feita, posso reafirmar que sua resposta é representativa das ações do Estado sobre o movimento editorial de livros didáticos, no Brasil, e que conhecer e analisar a atuação de Lourenço Filho relativamente à produção sobre o livro didático seja relevante e necessário.

REFERÊNCIAS

ABU-MEHRY, N. F. *Centenário de Lourenço Filho*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação, 1997.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Levi Carneiro*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=759&sid=271>>. Acesso em: 25 set. 2013.

BERTOLLETTI, E. N. M. *Cartilha do povo e Upa, cavalinho!*: o projeto de alfabetização de Lourenço Filho. 1997. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

_____. *Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do povo e da Cartilha Upa, cavalinho!* São Paulo: Ed. UNESP, 2006a.

_____. *A produção de Lourenço Filho sobre e de literatura infantil e juvenil (1942-1968): fundação de uma tradição*. 2006. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006b.

_____. *Lourenço Filho e literatura infantil e juvenil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Ofício*. Rio de Janeiro, 1947. Não paginado. Ofício do Ministério da Educação e Saúde ao Senhor Jorge Saraiva, Presidente da Câmara Brasileira do Livro.

_____. Ministério da Educação e Saúde. *Questões*. Rio de Janeiro, 1961. Não paginado. Perguntas do Ministério da Educação e Saúde a Lourenço Filho sobre o livro didático.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Cópia do Memorial enviado pela Câmara Brasileira do Livro aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação e Saúde, sobre atuais questões do livro didático*. São Paulo, 1951.

CARNEIRO, L. O problema do livro nacional. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 83-93, jul./ago. 1938.

DONATO, H. *Cem anos de Melhoramentos: 1890-1990*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

FERREIRA, R. C. C. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

FILGUEIRAS, J. M. Os processos de avaliação de livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: poder, violência e exclusão, 19., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH/SP, USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Juliana%20Miranda%20Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

FRANCO, M. L. A política do livro didático a nível de legislação. *Plural*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 25-41, 1980.

LOURENÇO FILHO, M. B. O problema do livro nacional. Debate na Conferência de Levi Carneiro. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 83-93. jul./ago. 1938.

_____. *Sugestão de ficha de avaliação de livros didáticos*. Rio de Janeiro, [194-].

_____. *O problema do livro didático: notas para o Sr. Ministro*. Rio de Janeiro, 1953.

_____. *Livros didáticos*. Rio de Janeiro, 1961. Resposta de Lourenço Filho a duas questões sobre o livro didático.

LOURENÇO FILHO, R. Lourenço Filho, escritor. In: MONARCHA, C. (Org.). *Centenário de Lourenço Filho: 1897-1970*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina; Marília: Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação, 1997. p. 17-45.

MAGNANI, M. R. M. *Os sentidos da alfabetização: a “questão dos métodos” e a constituição de um objeto de estudo (São Paulo/1876-1994)*. 1997. 389 f. Tese (Livre-Docência em Metodologia do Ensino de 1º Grau/Alfabetização) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1997.

MONARCHA, C.; LOURENÇO FILHO, R. (Org.). *Por Lourenço Filho: uma biobibliografia*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001. (Coleção Lourenço Filho).

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994*. Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. Produção didática e de literatura infantil. In: MONARCHA, C.; LOURENÇO FILHO, R. (Org.). *Por Lourenço Filho: uma biobibliografia*. Brasília, DF: INEP, MEC, 2001. p. 127-134.

